



N.º 4

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
EFECTUADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE
2013**

Aos treze dias do mês de Setembro de dois mil e treze, reuniu, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia:**

- 1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;**
- 2. Deliberação sobre Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão Consolidado do Município de Évora 2012.**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2ª Secretária – Maria Amália Espiridião de Oliveira

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Manuel Pedro Giões, Henrique Troncho, Sara Potes (em substituição de José Russo), Paula Nobre de Deus, M.ª Elmina Lopes, M.ª Augusta Pereira, Rui Rosado, Jorge Lourido, Francisco Chalaça, Duarte Guerreiro (em substituição de Celino Silva), Ricardo Cardador, Filomena Araújo, José Cardoso, Florival Pinto, António Jara, Cristina Barrenho (em substituição de Nuno Lino), M.ª da Conceição Sarmiento, António Ramos, Manuel Fonseca (em substituição de M.ª Luísa Antunes), João Cortes, Baltazar Damas, Joaquim Cordeiro (em substituição de Fernando Nunes), Jerónimo José (em substituição de Silvino Costa), Baltazar Ramos, José Piteira, João Ricardo, António Russo, Ana Queimado (em substituição de Felisberto Bravo), José Calado e João Rodrigues.

Faltaram as(os) Senhoras(es) Élia Mira, José Serra, António Metrogos, Nuno de Deus, Joaquim Pimpão e António Maduro.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Manuel Melgão, e pelos(as) Vereadores(as) João Brigola, Jesuína Pedreira e António Dieb.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** começou por fazer referência às listagens da correspondência recebida nos serviços da AME, uma enviada com a convocatória e outra acabada de ser distribuída,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

tendo depois divulgado que tinha entrado na Mesa uma moção, solicitando aos serviços que, pelo menos, fotocopiassem um exemplar para cada força política.

Enquanto se procedia a tal formalidade, inquiriu se alguém pretendia usar da palavra.

O Sr. **António Jara** pediu a palavra, para ler o documento que se passa a relatar: «**BALANÇO POLÍTICO DE 3 MANDATOS DO PS NA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (CME)** - Sendo esta a última sessão deste mandato, considero importante fazer-se um balanço político dos 12 anos em que o PS (Partido Socialista) esteve à frente da CME (com gestão maioritária e em que nos dois últimos mandatos esteve com o Dr. José Ernesto de Oliveira como Presidente e o Eng.º Manuel Melgão como Vice-Presidente). Na realidade, poderíamos resumir, de uma forma simples, foi uma gestão financeira desastrosa/ruinosa, contrária aos interesses gerais da população, que conduziu, **pela 1ª vez**, o Município a uma situação de “ Desequilíbrio Financeiro Estrutural” e que, na prática, não é mais do que Falência Técnica (Confirmado pela Direcção Geral das Autarquias Locais).

A dívida total é de 73.243.945,47€ (58.258.264.62€ de dívida de curto prazo e 14.965.681.85€ de dívida de médio e longo prazo), foi ultrapassado o limite de endividamento líquido, as dívidas a fornecedores são de quase 2 anos (que, nalguns casos, levou empresas viáveis à falência e desemprego), houve venda de património e não tem Obra feita!

No que respeita às pequenas obras (não menos importantes), também falharam em toda a linha, toda a gente se queixa e é visível a falta de limpeza pública e das sargetas, o mau estado dos pavimentos das ruas e parques de estacionamento, a falta de pinturas das passadeiras dos peões, etc. Na realidade, nestes 12 anos de gestão da CME pelo PS houve um enorme retrocesso em termos de qualidade de vida, a vida cultural ficou residual, a desertificação do Centro Histórico é galopante e ao fim deste tempo Évora continua como uma série de Bairros à procura de uma cidade, valendo-lhe apenas o seu riquíssimo património histórico (património da humanidade) e a Universidade.

Temos que recordar que promessas não faltaram nas campanhas eleitorais e nos programas, mas ficaram todas por cumprir (*palavras levam-nas o vento*) – recuperar o Jardim Público, criar novos espaços verdes, plantar 1000 árvores por ano, aplicar 500 mil contos por ano em recuperação de casa degradadas, construir um Parque de Feiras e Exposições, promover Évora como capital regional do património e da cultura no contexto nacional, ibérico e europeu, construir um Pavilhão de Congressos, reduzir as taxas urbanísticas, resolver a ligação entre a cidade e os bairros, levantar a bandeira da cultura, renovação e recuperação do Rossio de Brás, etc. etc.

A CME recorreu ao **PAEL** (Programa de Apoio à Economia Local) para poder enfrentar a situação de falência, **mas com um contrato com juros elevadíssimos e que comprometem o Município durante 20 anos , obrigando-o a manter as taxas, impostos, derrama, IMI, IMT nos valores máximos.** É de referir que para esta situação financeira contribuíram não só o **negócio ruinoso** com as Águas do Centro Alentejo, mas também uma **gestão desastrosa** e ainda a **política de austeridade** imposta pelo governo PSD/CDS e a TROIKA.

A CME maioritariamente PS, no período até 2011, contou com um Governo PS (Eng.º Sócrates) e só desde então o governo tem sido do PSD/CDS/TROIKA estrangeira, mas com um “Memorando de Entendimento da TROIKA “assinado pelos 3 partidos(PS, PSD e CDS).

Sobre a situação económica actual do nosso País, convém recordar alguns factos:

- O PS aumentou a dívida pública, entre 2005 e 2011, em muitos mil milhões de €;
- A nacionalização (*dos prejuízo*) do BPN (Banco Português de Negócios) e o não pedido de responsabilidades à SLN (Sociedade Lusa de Negócios), que era a proprietária, obrigou e vai obrigar a que os contribuintes tenham de pagar muitos milhões de €. (na altura estava o PS no governo);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Foi o PS que injectou 450 milhões de € noutra Banco - o BPP;
- Foi o PS que renegociou o contrato ruinoso das SCUTS com custos para o erário público de muitos milhões;

- O “**Memorando de Entendimento com a TROIKA**”, assinado pelos 3 partidos, inclui, entre outras medidas, Privatizações, cortes na Saúde, na Educação, nas prestações Sociais, nas reformas, nos ordenados, nas leis laborais, aumentos dos impostos sobre o trabalho, aumento do IVA, é o grande responsável pela recessão económica, com falências, desemprego em crescendo, emigração, destruição da classe média, aumento do fosso entre ricos e pobres e aumento brutal de pobreza, miséria e fome.

Estas medidas de austeridade não ficam por aqui, na medida em que a **chamada dívida é impagável** e exemplo disso é que está sempre a aumentar (já vai em 131% do PIB) e os juros agiotes continuam elevadíssimos. **Com este quadro negro, a situação do Município é muito difícil, mas Évora merece uma nova gestão e a esperança é a última a morrer.**

Termino com os meus cumprimentos a todos os membros da AM e votos de felicidades, mas não no âmbito político».

Em virtude de ser a última assembleia do actual mandato, o Sr. **Henrique Troncho** manifestou o interesse em fazer um breve balanço à actuação deste Órgão, começando por louvar a forma como a Mesa tinha dirigido os trabalhos, pensando que a sua composição era sinónimo de democracia plena. Neste contexto, formulou votos para que, no futuro, independentemente de maiorias absolutas ou relativas que viessem a surgir, se mantivesse aquele pluralismo, contrastante com o que acontecia no tempo da CDU, esperando que dela fizessem parte as três forças mais votadas.

Em aditamento, lembrou que a A. M. tinha funcionado sempre, amplamente participada, e que os principais documentos tinham sido todos aprovados, revelando que ali existiam pessoas e grupo políticos que, em cada momento, eram capazes de porem os interesses municipais à frente dos interesses partidários.

Relativamente à intervenção anterior, expressou que o comício do PS iria ocorrer na segunda-feira seguinte e não o iria fazer ali na reunião.

Suspendendo, temporariamente, a sua posição de 2ª Secretária, a Sra. **Amália Oliveira** leu o seguinte texto: «Termina, dentro de dias, mais um mandato de 4 anos da Assembleia Municipal de Évora. Pela primeira vez o BE esteve representado. Permitam-me dizer que gostámos de aqui estar, apesar do hermetismo que sentimos nos tempos iniciais, apesar das dificuldades que qualquer pequeno partido sente ao entrar na Assembleia sem a experiência prévia das dinâmicas de funcionamento autárquicas. Lamento, no entanto, várias coisas. Lamento a não revisão do regulamento da A. M., como se pretendeu, e lamento que a população continue a ser obrigada a esperar horas para poder participar na Assembleia. Lamento que a A. M. não se tenha manifestado mais categoricamente contra o documento verde das autarquias, bem como que a A. M. não tenha aprovado um referendo no concelho, para permitir que a população se manifestasse sobre a união de freguesias. Lamento que esta A. M. não tenha previsto atempadamente o que se vai passar com a exploração do ouro na Boa-Fé e tenha votado a favor do Regulamento da Área Rede Natura 2000 da Serra do Monfurado. Lamento que o rompimento do contrato da água não tenha sido realizado aquando do corte de água no mês de Janeiro de 2010 e tenha mesmo sido protelado posteriormente por jogos de bastidores entre os principais partidos.

Lamento que, apesar de aprovado nesta Assembleia pela maioria dos deputados, o órgão Câmara tenha ignorado que somos contra a elevação da tauromaquia a Património do Distrito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Lamento que documentos solicitados à Câmara, como o contrato das águas, nunca tenham sido recebidos.

Congratulamo-nos com o facto de, apesar das dificuldades, termos feito vingar algumas propostas neste órgão.

Congratulamo-nos pela elaboração do Regulamento do Canil/Gatil municipal, que nos coloca no século XXI, ao defendermos, deste modo, os direitos dos animais.

Congratulamo-nos pelo apoio à criação do Programa de Pequeno-Almoço na escola.

Deixo hoje o nosso mandato, com a certeza de que o Bloco de Esquerda teve um contributo relevante para a acção deste órgão autárquico, combatendo vícios de forma, defendendo os interesses da população, defendendo a transparência contra as políticas neo-liberais e os vícios de forma de uma democracia cada vez mais afastada da rés-pública.

Despedimo-nos com a firme convicção que no próximo mandato o BE será maior e continuará a lutar defendendo políticas de esquerda».

Por sua vez, o Sr. **Pedro Giões** leu um documento com o seguinte teor: «Quando, em Outubro de 2009, nesta mesma sala, tomámos posse, afirmei que os eleitos do PPD/PSD não iriam permitir que os temas ideológicos ou doutrinários se sobrepusessem, ao enfrentar claro e sem ambiguidades das questões que, no dia-a-dia, mais preocupam os cidadãos. Afirmo-o porque era para mim claro que o mandato que nos foi conferido visava a mudança de políticas, mas os eborenses queriam essa mudança feita com moderação. Não quero aqui fazer um balanço da nossa actuação nestes quatro anos, porque isso outros o farão certamente melhor do que eu, no futuro. Mas, nesta última reunião, não poderia deixar de recordar a forma como participámos activamente na revisão do Plano Director Municipal, estimulando a participação das pessoas na discussão pública de um documento que, não sendo a melhor solução, longe disso, permitia sair do impasse em que se viveram anos a fio. Fizemo-lo imbuídos do espírito de, como então dizia o Partido Socialista, que era imprescindível para dar um novo rumo à cidade e ao concelho. Infelizmente, viemos a verificar que o Partido Socialista, até aí sistematicamente refugiado em desculpas de falta de instrumentos para resolver os problemas de Évora, não foi capaz, na posse desses instrumentos, de os resolver. É triste constatar que não lhe faltavam instrumentos de planeamento urbanístico, mas antes rumo e saber.

Não foi fácil a batalha para conseguirmos a isenção de IMI para os proprietários do Centro Histórico, muito deles homens e mulheres idosos, de poucos recursos. A esta distância, ainda hoje não vislumbro o alcance da vontade do Partido Socialista em tributar os munícipes mais pobres que, teimosamente, assumem como seu o desígnio de manter vivo um espaço classificado de Património da Humanidade, mas que tão mal tratado tem sido pelas sucessivas administrações municipais. Um Centro Histórico sem pessoas pode ser um importante sítio de estudo e compreensão de técnicas construtivas, até de alguma beleza patrimonial, mas não será, seguramente, algo que apeteça visitar e desfrutar com a alegria associada às férias e ao turismo. Conseguimos, a custo, condicionar o Plano de Urbanização. Não é o nosso, nunca o será, enquanto tiver o actual articulado. Mas, posso garantir-vos, está muito melhor do que a versão final que recebemos. Évora estaria bem pior se esse documento não tivesse acolhido os contributos que demos.

Há um ano fomos obrigados a exigir do Partido Socialista maior transparência nas contas da autarquia. Não seria aceitável continuar por mais tempo a esconder facturação para, artificialmente, procurar manter baixa a dívida da Câmara Municipal. O sol não se tapa com a peneira e, nesta matéria, não podíamos continuar a dizer que a responsabilidade de gerir a casa é do Executivo. Não é, é de todos e, por isso, temos hoje um orçamento que reflecte, sem artimanhas, a difícil situação económica e financeira do Município de Évora, a qual, de resto, nos obrigou a apoiar um plano de



intervenção da Administração Central que, apesar de nos retirar autonomia nos próximos 20 anos, permitiu pagar a quem devíamos. E foram muitas as empresas beneficiárias desse plano, mas, porque convosco e, sobretudo, com os eleitores assumi, há quatro anos, o compromisso de uma política de verdade, tenho que vos confessar a tristeza que tantas vezes senti por apenas desta bancada e do nosso vereador na Câmara Municipal saírem contributos e propostas alternativas às que eram apresentadas pelo Partido Socialista. Estou certo que o concelho poderia estar melhor se, pelo menos uma vez, a CDU se tivesse juntado, de forma construtiva e empreendedora, a este processo. Nunca! Em quatro anos não lhe conhecemos uma ideia, uma proposta, uma vontade de ajudar a mudar o rumo. Em tudo o que foi determinante para o concelho a CDU votou contra. Simplesmente contra, sem uma proposta alternativa. Esperava-se mais de quem tem a ambição de governar este concelho. Na pessoa do Dr. Capoulas Santos, quero cumprimentar a Mesa, saudando também todos os grupos e agradecer-lhes a forma como foi possível trabalhar ao longo destes quatro anos, com múltiplas divergências, mas, quase sempre, sem que daí resultasse qualquer postura democraticamente censurável. A forma como cada direcção entende fazer o caminho determina sempre opções e escolhas. Esta é a hora de partida para a maioria dos que integram esta bancada. Desejo aos vindouros, em especial ao Dr. António Dieb, votos de sucesso, garantido pela sua experiência e pelo seu saber».

Depois, o Sr. **João Rodrigues** exprimiu o seu orgulho por ter representado a Freguesia de Torre de Coelheiros, durante 34 anos, na AME, julgando tê-la defendido o melhor que pôde, tanto assim que sempre foi eleito com maioria absoluta.

Para concluir, desejou as melhores felicidades e bom trabalho aos futuros membros deste Órgão.

Reagindo ao discurso do Sr. P. Giões, o Sr. **Francisco Chalaça** registou a preocupação com a escassez de liquidez dos habitantes do centro histórico, propondo que se extraísse uma certidão desta acta e que a se enviasse à Sra. Ministra das Finanças, para ser tida em boa conta.

Relativamente à exposição do Sr. A. Jara, achou curioso que este autarca estivesse apreensivo com os 32.000.000 € do PAEL, quando a CDU, no seu último mandato, contraíra 42.000.000 €, a taxas de juro três vezes superiores às de agora, parecendo-lhe que um bocado de rigor nas análises feitas não fazia mal algum.

Por o aludido Membro ter falado, também, em falência técnica, perguntou-lhe se sabia o que era isso, julgando que não era o caso, porque se tratava duma enormidade, tornando claro que, na época da CDU à frente da governação do concelho de Évora, não ocorrera uma situação de desequilíbrio estrutural porque a lei só entrara em vigor em 2005.

Em virtude de o Sr. A. Jara ter dito, igualmente, que uma empresa falira, perguntou-lhe qual tinha sido, recordando-lhe que na CME era usado o *factoring* para se pagar primeiramente aos fornecedores, de modo a não se criar um problema social.

Como o dito eleito focara, noutra parte do texto, a limpeza do centro histórico, inquiriu-lhe se estava inteirado do que dissera, lembrando-lhe que, durante a administração da CDU, o lixo era acomodado em sacos de plástico, dando origem a escorrimentos de líquidos putrefactos e a cheiros nauseabundos, tendo sido o PS que gerara condições para o seu enterramento, tornando a zona intra-muros mais limpa do que outrora.

Mais à frente, interrogou, respondeu e afirmou: “Qual é o legado da CDU, em habitação social, neste concelho”? “Zero”! “O que é que os Srs. fizeram em matéria de apoio aos idosos”? “Zero”! “Repare o que foi feito nas acessibilidades durante os mandatos do PS, no parque escolar, as escolas que foram feitas, as remodelações, o nível de conforto que foi dado às nossas crianças.



Repare o fornecimento de água às populações. O Sr., que é médico, ignora completamente qual era a qualidade que nos estava a ser abastecida no tempo da CDU, com bactérias, cianetos e alumínio. O Sr. sabe porque é que deixou de ser fornecida a água que estava no Divor? Para não falar na escassez da água. Eu, que moro no Alto dos Cucos, tinha Verões seguidos em que a água não me chegava às torneiras com regularidade.

Com respeito às infra-estruturas de apoio às actividades económicas, nós duplicámos o PITE e criámos o Parque Aeronáutico, que permitiu que se instalassem lá empresas de alto valor acrescentado e de grande qualidade e os Srs. sobre isso dizem nada? Os Srs. só sabem dizer que foi desastrosa a gestão do PS nos últimos 12 anos? A CDU não acha que é importante gerar empregos nos tempos que correm?

Os Srs. falam do Rossio de S. Brás, mas o que a CDU queria era manter os barracões que lá estavam, para fazer comícios e as conferências da reforma agrária. É isso que pretendem para o espaço”?

Em resposta, o Sr. **António Jara** clarificou que a água faltava antes do tempo da CDU e que fora esta força política que fizera com que Évora ficasse com ela permanentemente.

Sobre a criação de emprego, lembrou que o distrito possuía, à data, cerca de 4.500 desempregados, fruto da conjuntura actual e da falência de muitas empresas, sendo praticamente impossível, na sua óptica, as mesmas poderem sobreviver se não se lhes pagassem os fornecimentos, dando como exemplo uma pertencente à Sra. Vereadora Jesuína Pedreira.

Para terminar, frisou que se referira ao programa não cumprido pelo PS e que não comparara a sua gestão com o da CDU.

Retorquindo, o Sr. **Francisco Chalaça** elucidou que existia um índice que media a regeneração empresarial, contabilizando as empresas que se formavam em contraste com as que fechavam, sendo o número das últimas muito superior às segundas. No caso de Évora, esclareceu que, por cada firma que tinha desaparecido, tinham-se constituído 1,9, quase o dobro, parecendo-lhe que o ponto de vista do Sr. A. Jara estava errado. Para si, a única forma de fundar empresas no município era criarem-se condições para a fixação de investimento, coisa que estava a ser feita.

Acerca do não cumprimento do programa do PS, perguntou: “O Sr. sabe qual foi a quebra de receitas das transferências do Poder Central para a CME”? “Sabe o que resultou da actividade económica e o que foi isso como perda de proventos”? “O programa não está cumprido porque as condições em que ele foi apresentado não são as mesmas de agora. Há projectos que, sendo de inegável importância, tiveram que ser abandonados face ao contexto económico e financeiro que o país tem vindo a atravessar e ignorar isso é uma atitude completamente estapafúrdia”, concluiu.

Contrapondo, o Sr. **António Jara** venceu que não acusara a Câmara de falta de cumprimento, tanto assim que responsabilizara a conjuntura nacional pela situação que estavam a passar vários municípios, disponibilizando-se para fornecer, ao Sr. F. Chalaça, uma cópia da sua intervenção, para verificar que não estava a ser correcto nas suas afirmações.

Por a CDU achar que a auditoria feita à CME, em 2002, não era justa, que os números não eram exactos e que não tinha deixado uma dívida de mais de 70.000.000 €, bem como que a gestão do PS vinha sendo um desastre, porque tinha aumentado a atrás citada de 37.000.000 € para 74.000.000 €, o Sr. **Henrique Troncho** criticou o facto de a própria considerar um bom acto de gestão ter deixado, ao PS, débitos no valor de 37.000.000 €, mas já considerava um péssimo acto de administração o PS ter feito o mesmo.



Em virtude do seu nome ter sido mencionado, o Sr. Presidente concedeu a palavra à Sra. **Vereadora Jesuína Pedreira**, que começou por recordar que hoje era a sua última passagem por este Órgão, ao fim de oito anos, patenteando o seu reconhecimento pelo trabalho desempenhado pela A. M. e desejando votos de felicidades a todos, quer continuassem em funções ou não.

Sobre a observação do Sr. A. Jara, explicou que a afirmação feita pelo mesmo não era correcta, uma vez que sendo vereadora desde 2005, e respeitando a lei, nunca poderia ter nenhuma relação negocial com a CME. No entanto, admitiu que o equívoco do Sr. A. Jara pudesse vir do facto de ela própria, enquanto empresária, conhecer bem as dificuldades por que passava uma microempresa, por falta de pagamento atempado, como lhe sucedera com algumas autarquias, nomeadamente de Vila Viçosa, Estremoz, Borba, Vendas Novas, Arraiolos e Montemor-o-Novo.

Finda esta fase do PAOD, o Sr. **Presidente** passou à moção entregue na Mesa, alusiva à **Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Évora**, convidando o seu autor a apresentá-la.

O Sr. **António Jara** leu a proposta na totalidade, a qual fica anexa a esta acta.

O Sr. **Henrique Troncho** declarou que não tinha qualquer dúvida em aprovar o documento se ele fosse uma verdade absoluta, baseando-se no facto de no mesmo estar escrito «(...) **eventual encerramento** (...)», para mais tendo saído hoje um comunicado da Santa Casa da Misericórdia dizendo: «A Santa Casa da Misericórdia de Évora discorda, em absoluto, de recentes afirmações alarmistas, desprovidas de senso comum e completamente insensatas, que estão a circular em Évora anonimamente, desinformando, falseando e fazendo passar uma mentirosa mensagem, de que esta Instituição e as entidades públicas têm interesse ou se preparam para encerrar a Unidade de Cuidados Continuados em Évora. É mentira, demagogia e um total desrespeito por esta nobre Instituição, que mais consideração e apoio devia merecer por parte desses anónimos, que apenas se resguardam em papéis e documentos que nada provam». No seu modo de ver, ou o proponente da moção tinha a certeza absoluta do que dizia, apresentando provas concretas, ou então não podia votar a favor da mesma.

Na sequência do que o orador antecedente acabara de asseverar, o Sr. **Florival Pinto** fez menção a uma notícia veiculada na Rádio Diana, sobre declarações produzidas pelo Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia, que se passa a relatar: «Luís Filipe Alfacinha Rodrigues frisou que a ideia de que queremos acabar com os cuidados continuados é uma pura mentira. O que nós queremos é assumir a sua gestão, porque somos a entidade que subscreve os acordos com as entidades públicas, salientado que a Santa Casa da Misericórdia está registada junto das entidades públicas como a entidade que gere a Unidade de Cuidados Continuados e que recebe a respectiva componente financeira, mas que, na prática, não é assim, porque nem esses dinheiros acabam por ser geridos pela Santa Casa, nem tão-pouco a Instituição tem qualquer coisa a ver a gestão directa da unidade». Com base nisto, revelou que não se sentia confortável para qualquer outra posição.

Paralelamente, recordou que a unidade pioneira em média duração tinha sido a de Mora e que depois desta tinha sido aberta uma outra em Estremoz (Rainha Santa Isabel), com uma delegação em Vila Viçosa.

Retorquindo, o Sr. **António Jara** enfatizou que, por aquilo que acabara de ser dito, existia o risco da unidade, embora transitoriamente, poder ser fechada, porque uma parte do pessoal que lá trabalhava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

desempenhava funções no Hospital da Misericórdia, sendo de seu pensamento que a A. M. não se deveria envolver no problema, pois que se tratava duma luta entre o BES e o grupo Melo. Para si, o importante era que a unidade não encerrasse e que fosse garantido aos doentes que lá continuassem, bem como que os novos pacientes dispusessem e um espaço para se instalarem.

Em complemento, garantiu que era a unidade que ajudava a sustentar o Hospital da Misericórdia, supondo-se que sem aquela o BES não teria capacidade para manter o H. M. a funcionar.

Entretanto, o Sr. **Henrique Troncho** pediu que os trabalhos fossem interrompidos durante 5 minutos, para o G. M. do PS trocar impressões acerca da matéria, de maneira a definir o seu sentido de voto ou apresentar uma proposta de alteração.

Atendendo ao solicitado, o Sr. **Presidente** interrompeu a sessão pelo período mencionado, com a concordância de todas as bancadas.

Reatada a assembleia, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Henrique Troncho**, que anunciou a apresentação dum texto alternativo, sem título, que passou a ler na íntegra. A folha fica apenas a esta acta.

Participando que o G. M. da CDU tinha concordado com uma sugestão feita pela bancada do PSD, visando alterar o teor da sua moção, o Sr. **António Jara** passou a ler a nova versão da mesma, cujo papel se anexa a esta acta.

Perante as duas propostas enunciadas, o Sr. **Presidente** inquiriu se havia condições para tentar encontrar um texto único.

Então, o Sr. **Henrique Troncho** opinou que era difícil, porque o ponto de partida era completamente diferente, bem como que não se deviam tomar decisões relativamente a rumores, para mais tendo sido eles já desmentidos pela entidade em causa, relevando que a bancada do PS manifestava o apoio à continuidade do funcionamento da Santa Casa da Misericórdia, por ser vital para o concelho.

Contrapondo, o Sr. **António Jara** lembrou que tinha sido ali comunicado que o Provedor da SCM tinha dado uma entrevista à Rádio Diana, relatando a existência de problemas na Unidade, ao ponto de pretenderem retirarem-na ao Hospital da Misericórdia, implicando, para si, o seu encerramento, mesmo que transitório.

Por outro lado, deu a conhecer que ocorrera, hoje, uma vigília dos trabalhadores do Hospital da Misericórdia, presenciada pelos órgãos de comunicação social, significando que havia, na realidade, problemas na instituição.

Por seu turno, o Sr. **Ricardo Cardador** sublinhou que o que estava em causa era o possível encerramento da Unidade, não olvidando que o Provedor da SCM confirmara, aos microfones da Rádio Diana, que existia um diferendo entre as partes, garantindo, todavia, que a dita não iria fechar. Segundo a sua ideia, estavam todos a dizer o mesmo e que só por má vontade é que não era possível chegar a um texto único, em vez de se estar a votar duas moções com o mesmo sentido. Assim, recomendou aos respectivos signatários para que fizessem um esforço para se elaborar um documento único, estando o PSD disponível para o efeito, e que ele fosse votado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em, resposta, o Sr. **Henrique Troncho** vincou que a preocupação expressa pela CDU estava defendida na proposta do PS, a qual referia que a Unidade de Cuidados Continuados era vital para o concelho e que se congratulava com o desmentido da SCM, pelo que, para si, não fazia sentido a A. M. estar a pronunciar-se sobre boatos.

Insistindo, o Sr. **Ricardo Cardador** explicitou que a recomendação do PSD não tinha nada a ver com rumores, mas sim com o facto de se ver resolvido o diferendo, de modo a manter-se a Unidade em funcionamento.

Perante a posição do Sr. A. Troncho, O Sr. **António Jara** tornou claro que a moção apresentada pelo PS era de apoio ao Provedor da Misericórdia, elucidando que o G. M. da CDU não tomava posição em relação a quem quer que fosse e que a sua única preocupação era o eventual fecho da Unidade, tal como os doentes e os respectivos trabalhadores.

Replicando, o Sr. **Henrique Troncho** sustentou que não se falava no Provedor da SCM na proposta por si redigida, reiterando que manifestava total apoio ao funcionamento do estabelecimento de saúde e julgando que não havia hipótese de conciliar o inconciliável.

Tendo em conta o tema que estava em causa e o momento que se estava a viver, o Sr. **Presidente** sugerir que se procurasse fazer um texto o mais sintético possível e que pudesse ser consensual, considerando que não se estava tão longe assim desse propósito.

Face a tal alvitre, o Sr. **António Jara** disse que não se opunha a que se alterasse o teor da moção da CDU, passando de «(...) manifesta a sua preocupação pelo eventual encerramento (...)» para «(...) manifesta apoio ao seu funcionamento (...)», achando importante que a redacção da parte final da dita ficasse como estava (**A Assembleia recomenda que seja resolvido o diferendo entre as partes, de forma a evitar o encerramento da Unidade**).

O Sr. **Henrique Troncho** considerou perfeitamente aceitável a sugestão formulada.

Perante o encontro de posições, o Sr. **Presidente** achou possível e desejável chegar-se a um consenso, para a boa imagem da AME.

Então, o Sr. **Henrique Troncho** propôs que ele próprio, o Sr. A. Jara, um Membro do PSD e a representante do BE se reunissem à parte para o efeito, coisa que aconteceu sem a presença desta última autarca.

Entretanto, o Sr. **Presidente** aproveitou para se discutir o projecto de acta da sessão anterior.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTO DE ACTA

O Sr. Presidente colocou à ponderação do plenário o projecto de acta:



- N.º 3, DE 28 DE JUNHO DE 2013

Apesar de não ter estado presente e por incumbência do seu substituto (Sr. Bruno Martins), a Sra. **Amália Oliveira** opinou que o documento continha algumas irregularidades, nomeadamente na **página 3, partir da linha 28**, sobre um requerimento feito pelo Sr. Abílio Fernandes, alusivo à filiação partidária dos funcionários admitidos a partir de 2002, chamando à atenção que o mesmo não estava explicitado na acta e que, na óptica do seu correligionário, tal se tratava de uma ilegalidade.

Por outro lado, recordou que o Sr. Henrique Troncho tinha feito, também, um requerimento oral, mas para os trabalhadores admitidos pela CDU antes de 2001, parecendo-lhe que tais factos deviam ser plasmados no projecto em causa.

Contraopondo, o Sr. **Presidente** declarou: *“Desculpe, mas não posso estar de acordo consigo, porque, se bem me lembro, aquilo que foi requerido por cada uma das pessoas que mencionou, foi a lista dos funcionários admitidos pelos executivos da força A ou B, durante o período em que exerceram o poder com maioria. Ninguém perguntou a filiação partidária. Agora, certamente, cada um, tendo essa lista, poderá verificar se um é socialista ou comunista, sendo que a finalidade ninguém tem nada a ver com isso. O que ficou implícito foi que o que estava em causa era a suspeição de que, para o PCP, o PS teria privilegiado a contratação de socialistas e, para o PS, o contrário. Para dissipar essas dúvidas, cada um solicitou a lista das admissões. Se a Amália quer retirar alguma coisa e propor outra, deve fazer uma proposta concreta nesse sentido”*.

Face ao exposto pelos oradores antecedentes, o Sr. **Abílio Fernandes** esclareceu que só pedira o nome dos trabalhadores ingressados na Câmara desde 2002, até à saída do Dr. José Ernesto Oliveira da presidência da edilidade, fazendo questão em receber a respectiva listagem.

Entretanto, o Sr. **Presidente** fez notar que não recebera nenhuma proposta de alteração da acta, considerando terem havido apenas comentários à dita.

Paralelamente, e para dissipar eventuais incertezas, revelou que tinha na sua posse os ofícios que dirigira à Câmara (n.ºs 57/2013 e 62/2013) a solicitar os dados requeridos, os quais passou a ler, transparecendo neles, basicamente, o pedido dos nomes dos trabalhadores admitidos nas diferentes épocas.

Por sua vez, o Sr. **Henrique Troncho** elucidou que não pusera tal questão por desconfiar que a CDU tivesse contratado militantes/simpatizantes seus, mas sim porque não percebera o porquê da limitação das datas por parte do Sr. A. Fernandes.

Constatando que ninguém se opunha a que o documento fosse votado, o Sr. **Presidente** avançou para o acto em causa, registando-se uma aprovação por maioria, com vinte e três votos a favor e onze abstenções.

Em continuação dos trabalhos, o Sr. **Presidente** anunciou que já tinha na sua posse o texto da moção unificada, cuja ortografia não era perceptível, pelo que solicitou ao respectivo compilador que a lesse.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **António Jara** leu o documento na globalidade, cuja redacção se passa a descrever: «A Assembleia Municipal de Évora manifesta o seu apoio ao funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração da Santa Casa da Misericórdia de Évora. Esta Unidade faz parte da Rede nacional de Cuidados de Saúde Pública e é, portanto, de vital importância para o concelho de Évora. Assim, a A. M. de Évora recomenda que seja resolvido o diferendo entre as partes, de forma a evitar o encerramento da Unidade e assegurada a sua continuidade».

Não querendo ninguém debater a versão conjunta das duas moções apresentadas, o Sr. **Presidente** colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Verificando a inexistência de mais inscrições para utilização da palavra, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o PAOD.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. **Presidente da edilidade** informou o colectivo sobre as actividades desenvolvidas pela autarquia nos meses de Junho, Julho e Agosto/2013, destacando especialmente: inauguração do Balcão Único da Câmara; a realização da Feira do Empreendedor na Escola; a assinatura de Programas de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS+); a celebração de um acordo de colaboração com a rede social transfronteiriça *extremadurasocial.com*; a organização das Festas Populares da Cidade/feira de S. João e da exposição de obras da colecção de arte da CME; a assinatura, com a Universidade de Évora, de um protocolo de apoio à realização dos Campeonatos Nacionais Universitários Individuais 2014; a conclusão de mais uma recuperação dum edifício no centro histórico, ao abrigo do programa Recria /Rehabita; a inauguração do Fórum Eugénio de Almeida e da exposição «Portas Abertas»; o programa municipal «Okup@-te/Jogar Mais nas Férias; a campanha de manuais escolares usados «Dar e Receber»; a campanha de adopção de gatos jovens; O Dia de Combate à Seca e à Desertificação; O dia Mundial das Bibliotecas; e a recepção à delegação internacional que veio conhecer a Rede Urbana para a Competitividade e Inovação «Corredor Azul», bem como a uma comitiva japonesa de Rotários.

No que concerne à situação financeira, comunicou que a receita, em 31 de Julho/13, tinha atingido os 22.068.142,03 €, representando uma redução de 2.891.737,81 € (menos 502.809,42 € de correntes e 2.388.928,39 € de capital, comparativamente à data homóloga do ano anterior, não esquecendo que os abaixamentos mais significativos se tinham registado na **Venda de Serviços** (-457.833,44 €), nas **Rendas** (-472.726,44 €), nos **Impostos Indirectos** (-370.957,48 €), nas **Taxas** (-250.254,25 €), no **IMI** (-269.129,86 €) e no **IMT** (-220.949,38 €).

Nas receitas de capital, deu especial relevo ao abaixamento das Transferências do Estado (-1.088.173,12 €), à Venda de Bens de Investimento (-872.886,60 €), devido à inexistência de compradores, e às Transferências de Co-financiamento (-638.959,14 €), referindo que, neste caso, já tinha sido tudo auferido.

No que toca à Execução Orçamental da Despesa, participou que tinham sido cabimentados 82.137.793,77 €, correspondentes a 79,8€ do total do Orçamento, realçando que as Despesas com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Pessoal tinham mais do que 1.000.000 € do que o previsto inicialmente, fruto do pagamento do subsídio de férias.

Quanto ao Serviço da Dívida, salientou que o saldo previsto para o ano de 2013 se cifrava nos 4.386.347,82 € (4.185.459,41 € de amortizações e 200.888,41 € de juros).

Já no que se reporta ao Endividamento Total, clarificou que o seu montante se mantinha nos 73.243.946,47 €, representando uma diminuição de mais de 1.000.000,00€ relativamente aos dados da prestação de contas de 2012.

Depois, revelou que não tinha sido ultrapassado o Limite do Endividamento de Curto Prazo e que a Câmara possuía uma margem significativa de Endividamento de Médio e Longo Prazos (11.733.657,43 €), sendo que se tinha ultrapassado o limite do Endividamento Líquido (1.696.952,81 €), muito condicionado pelo OGE.

Por fim, transmitiu que o PAEL já tinha o visto do Tribunal de Contas e que a edilidade já tinha recebido a primeira transferência, no valor de 19.299.823,92 € (60%), dando azo ao pagamento a alguns fornecedores, em cerca de 11.000.000 €.

Estando contabilizada a execução da receita em cerca de 21%, o Sr. **Ricardo Cardador** perguntou ao orador antecedente qual era a estimativa da mesma até ao final do ano.

Relativamente ao PAEL, recordou que o Sr. Presidente da CME tinha dito que já tinham sido feitos pagamentos no valor de 11.000.000 €, o que o motivou a inquirir que parte tinha sido liquidada à Águas do Centro Alentejo.

Em resposta, o Sr. **Presidente da autarquia** afirmou que não tinha, de momento, dados sobre a previsão dos proventos.

No que toca ao PAEL, elucidou que os pagamentos estavam a ser feitos por ordem de antiguidade, segundo determinação da DGAL, também não possuindo a informação exacta de quanto se tinha liquidado à ACA.

Ficando privada, transitoriamente, do seu posto de 2ª Secretária, a Sra. **Amália Oliveira** regozijou-se por, ao fim de doze anos de mandatos do PS, a edilidade ter conseguido resolver os problemas do Departamento de Limpezas, estranhando, todavia, que eles tivessem sido solucionados dois meses antes das eleições autárquicas, não olvidando que circulavam, na urbe, comentários, de que era pena que não houvessem eleições todos os anos, para a dita andar sempre limpa.

Posteriormente, estando consciente que as verbas do PAEL eram para liquidar facturas antigas, questionou se era isso que estava a acontecer aos agentes culturais e desportivos de Évora.

Por sua vez, o Sr. **Abílio Fernandes** advogou que as contas reflectiam a redução da dívida total, feita à custa da diminuição drástica da actividade da Câmara, causando imensos prejuízos à população do concelho, lamentando que só agora se estivesse a fazer um grande esforço na limpeza pública. Nesta conformidade, interrogou se os trabalhos estavam a ser realizados recorrendo-se à contratação de entidades exteriores, sublinhando que, em caso afirmativo, os encargos iriam restar para o próximo executivo. Neste domínio, observou que a Câmara de Évora iria chegar ao fim do actual mandato em situação de falência técnica, coisa nunca vista desde o 25 de Abril.

As duas últimas intervenções levaram Sr. **Henrique Troncho** a lembrar-se do ditado popular «Chuvas em Novembro, Natal em Dezembro», aproveitando o ensejo para fazer o seguinte trocadilho: «Limpeza em Agosto, eleições em Setembro». Para si, uma coisa não condicionava a



outra, bem como que no mês passado fora a altura ideal para de limpar as ervas e não em Dezembro, achando natural que a CDU e o BE se preocupassem anteriormente com a falta de limpeza e que agora fosse precisamente o contrário.

Depois, falou o Sr. **Francisco Chalaça**, que considerou ter havido alguma contradição na alocução do Sr. A. Fernandes, por o mesmo ter dito que a redução da dívida fora conseguida à custa da diminuição da actividade, embora reconhecesse que existira um aumento desta, o que o motivou a perguntar: *“Então em que é que ficamos?”* *“No seu tempo nunca houve contratação de prestação de serviços externos, para resolver problemas das populações?”*

Por seu turno, o Sr. **Florival Pinto** demonstrou a sua estupefacção por ver o BE e a CDU a constatarem a limpeza da cidade, coincidindo com a mudança do Presidente da Câmara, parecendo-lhe que ambos estavam a fazer campanha a favor do atrás citado.

Reagindo, a Sra. **Amália Oliveira** disse que não estava a questionar por se fazer, mas sim por só se executar naquela altura (perto das eleições), julgando que os horticultores presentes efectuavam a limpeza dos seus terrenos todos os anos, contrariamente à actuação da Administração Municipal, que durante o mandato não tinha procedido em conformidade, e que o Bairro da Malagueira era um bom exemplo, por não ser objecto de limpeza durante anos.

Contraopondo ao apontamento do Sr. F. Chalaça, o Sr. **Abílio Fernandes** clarificou que apenas dissera que as presentes dívidas iriam ser pagas pelo futuro executivo.

Face ao exposto, o Sr. **Henrique Troncho** inquiriu ao orador anterior se, no seu tempo, os débitos não tinham transitado para o mandato do PS.

O Sr. **Abílio Fernandes** respondeu que era normal, mas nunca numa situação de falência técnica.

Perante as interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da CME** recordou que assumira funções há quatro meses e que colocara como prioridade a questão da limpeza, congratulando-se por a medida estar a ser bem aceite.

Sobre o tema do pagamento às associações culturais e desportivas, declarou que a verba provinda do PAEL já permitira folgar um pouco a tesouraria, possibilitando liquidar-se, segundo o seu critério, parte dos débitos às juntas de freguesia e aos agentes, lembrando que já saldara três trimestres às primeiras.

Em relação ao assunto da contratação externa, anunciou que os meios internos estavam totalmente envolvidos, ao ponto de estar-se a fazer trabalho extraordinário, apesar de os recursos humanos das áreas operacionais estarem muito debilitados, devido aos pedidos de reformas requeridos, nalguns casos antecipadamente, fazendo notar que a medida fora uma necessidade imperiosa, abarcando a limpeza o corte de ervas, a remoção de detritos e a lavagem de ruas.

Entretanto, a Sra. **Amália Oliveira** exprimiu que lhe fazia um bocado de impressão a maneira como o Sr. Presidente da autarquia falara, mais parecendo que não participara na equipa governativa do município durante os quatro anos anteriores e que só chegara há quatro meses, modificando todo o sistema.



Retorquindo, o Sr. **Presidente da edilidade** expressou que por ter feito parte da equipa é que tinha um profundo conhecimento daquilo que era preciso fazer e o que era prioritário, ressaltando, porém, que cada pessoa tinha a sua forma de pensar, possuindo cada uma sensibilidades diferentes.

Não querendo mais ninguém discutir o 1º ponto da agenda, o Sr. **Presidente** deu-o por terminado.

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE PRESTAÇÃO DE COINTAS CONSOLIDADAS – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE ÉVORA 2012

O Sr. **Presidente das Câmara** esclareceu que a prestação de contas consolidadas tinha a ver não só com a contabilidade do município, mas também com a das empresas municipais, detidas a 100% pelo mesmo, apresentando o documento um balanço consolidado, uma demonstração de resultados consolidados, saldos de fluxos financeiros e mapa de endividamento consolidado.

Comparando a proposta com os dados do Relatório de Gestão da autarquia, enfatizou que não existiam grandes diferenças, a não ser nos activos, com uma evolução positiva, contrariamente aos fundos próprios, tal como no passivo e nos resultados operacionais.

O Sr. **Abílio Fernandes** propôs que o G. M. da CDU votasse contra o relatório, devido a dois motivos: **Primeiro** – Por a CDU ter votado contra as contas da própria Câmara; **Segundo** – Por existir um desajustamento no encerramento das contas das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

O Sr. **Francisco Chalaça** sublinhou que se tratava de um documento técnico, bem elaborado, na sua opinião, pormenor também defendido pela ROC.

Aproveitando o ensejo, e tendo em conta que circulava o rumor que a CME devia 75.000.000 € + 11.000.000 € da Habévora, pediu a cada um dos presentes que desmentissem os boateiros, de que a situação consolidada da dita era a seguinte: **Dívidas de Longo Prazo** – 18,49 milhões de euros; **Dívidas de Curto Prazo** – 57,98 milhões de euros, totalizando as duas 76,47 milhões de euros.

Tendo em atenção as reservas da ROC, o Sr. **Ricardo Cardador** interrogou à Administração Municipal porque era que não existiam, no relatório, contas da «Évoraregis» e quais eram os compromissos assumidos que a atrás mencionada dizia que não tinha conhecimento.

Por se tratar de um documento técnico, o Sr. **Presidente da Câmara** argumentou que não sabia responder e que podia ir inteirar-se da matéria, para explicar mais tarde.

Em virtude de ter exercido funções de Presidente da Assembleia Geral da Évoraregis, o Sr. **Francisco Chalaça** esclareceu que a própria não tinha qualquer património passivo, a não ser o dos custos com a elaboração dos projectos de recuperação do Salão Central e do Parque Desportivo, acrescentando que, aquando da sua dissolução, a Câmara ficara na posse dos mesmos.



Perante o desconhecimento do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. **Ricardo Cardador** patenteou a sua perplexão por o dito propor-se continuar à frente dos destinos do Município e não ter qualquer ideia para obter receitas, de modo a equilibrar as contas da autarquia.

Contraopondo, o Sr. **Presidente da edilidade** tornou claro que não conseguia fazer uma estimativa objectiva quanto à questão dos proventos, por a mesma estar, muitas vezes, dependente de dinâmicas incontrolláveis, preferindo jogar pelo seguro e que o elogiassem por aquilo que tinha a certeza do que dizia do que por aquilo que não podia controlar.

Manifestando-se em defesa do orador antecedente, o Sr. **Henrique Troncho** considerou que o Sr. R. Cardador estava a incorrer em erro, porque o Sr. Presidente da CME não lançava números para a frente, correndo o risco de se enganar em todos, preferindo dizer a verdade, a não ser que fizesse como o ex-Ministro Victor Gaspar, que costumava avançar com percentagens, acabando depois por admitir que se tinha enganado.

Replicando, o Sr. **Ricardo Cardador** comentou que o PS tinha o hábito de, quando não sabia responder a uma pergunta, recorrer ao subterfúgio de dizer «isso é um pormenor técnico», como se se tivesse a tratar duma questão menor, julgando que não se poderia considerar tal um Presidente de Câmara não fazer ideia quanto a mesma geria de receita, sendo, para si, um dado objectivo. Por outro lado, descansou o Sr. H. Troncho, porque, depois do trabalho que o PS fizera à frente da administração do município de Évora e dos destinos do país, não havia qualquer risco de o PSD convidar uma pessoa afecta ao dito para Ministro das Finanças.

Por seu turno, o Sr. **João Ricardo** expressou que a Assembleia tinha perdido, ao longo do mandato, imenso tempo a discutir problemas técnicos que não eram para ali chamados, relativos a números, contas, termos contabilísticos, etc., classificando alguns debates de inócuos, capazes de provocarem sono a qualquer cidadão, sem qualquer interesse para o município, achando que a própria devia analisar coisas importantes para os habitantes do concelho de Évora e não discutir o «sexo dos anjos».

Face à posição do Sr. R. Cardador, o Sr. **Francisco Chalaça** achou que só lhe poderia ser dada uma resposta técnica, dizendo que se a execução se situava nos 20%, à data, os restantes 80% teriam que ser cumpridos até ao final do ano, porque se a percentagem fosse outra teria de haver uma revisão orçamental.

Voltando a intervir, o Sr. **Abílio Fernandes** fez notar que, até ao momento, a Câmara recebera 22.000.000 € e já tinha um compromisso de 82.000.000 €, estando já 60.000.000 € em falta, pensando que no final do ano se iria chegar à desgraça total.

Findo o debate do 2º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (dezasseis do PS e cinco do PSD) e doze votos contra (onze da CDU e um do BE).

Sendo a última assembleia do quadriénio 2009/2013, o Sr. **Presidente** aproveitou o ensejo para referir que tinha sido um grande prazer e uma honra ter presidido à AME, agradecendo a confiança que em si tinham depositado e a cooperação dada pelos Membros em prol do bom funcionamento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

mesma e desejando que o próximo mandato decorresse de uma forma tão democrática e participada como o actual.

Não querendo ninguém do público usar da palavra, o Sr. **Presidente** deu por terminada a sessão pelas vinte e três horas e dezanove minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2ª Secretária – Maria Amália Espiridião de Oliveira

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 27/12/2013, com 15 votos a favor e 16 abstenções)

Não dispensa a consulta do documento original

www.evora.net/ame